

***Ata da Audiência Pública para o processo de análise de expansão do empreendimento Minerasul, por meio do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, realizada em Cachoeiro de Itapemirim/ES, em 24 de outubro de 2018.***

---

Aos 24 dias do mês de outubro de 2018, às 19h15m, Auditório do SESI em Cachoeiro de Itapemirim, Rua Domingos Alcino Dadalto, nº 314, Alto Monte Cristo, Estado Espírito Santo, dá-se início à Audiência Pública do processo de de análise de expansão do empreendimento Minerasul, por meio do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, localizando no município de Cachoeiro de Itapemirim, conforme convocação do Sr. Augustinho Gualandi, representante da Minerasul, tendo como finalidade apresentar o projeto e logo em seguida representante da consultoria responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental.

O Mediador da audiência é o Sr. Ulisses Louzada Mantovani, Agente em desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos. O Mediador apresenta a dinâmica da Audiência Pública; faz a leitura das regras desta Audiência Pública distribuídas na entrada do recinto, ressalta-se que não haverá votação pela aprovação ou rejeição do empreendimento. Fala das regras do debate. Que ata e as perguntas estarão à disposição no IEMA, a partir do dia 07 de novembro de 2018.

A seguir apresenta a equipe técnica do lema responsável pela análise deste processo de licenciamento, Paulo Nonnenmacher, Eduardo Gomes, Daniel Moulin (coordenador) e Aline Dalmasio.

Às **19:20**, o Sr. Roberto Bravo Marques Pinheiro, inicia a apresentação da Minerasul, Indústria e Comércio de Agregados Ltda., bem como seus aspectos históricos; do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, argumentando sobre a importância da Mineração; dos aspectos históricos do bairro IBC, em Cachoeiro de Itapemirim, onde está localizado o empreendimento Minerasul. Destaca os principais objetivos do Estudo de Impacto Ambiental – EIA; dos aspectos legais, como a legislação ambiental, que normatizam o licenciamento; do desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental – EIA.

A seguir, às **19:34**, o Sr. Pedro Maia fala sobre questões ambientais, destacando as informações gerais do desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental – EIA; sobre quais áreas serão afetadas, analisando os impactos ambientais gerados; sobre as áreas de intervenção, onde no caso da Minerasul serão a Área Licenciada, a Área de Ampliação Imediata e a Área de Projeções Futuras, apresentando fotos das áreas mencionadas.

Às **19:40**, o Sr. Saulo Dantas, engenheiro de minas, destaca sobre os processos de mineração que são desenvolvidos na área de empreendimento Minerasul, apresentando as atividade de Mineração; comenta também sobre o Método de Lavra, que é o conjunto de operações coordenadas que objetivam o aproveitamento industrial das jazidas; diferencia o Método de Lavra a Céu Aberto do Método de Lavra Subterrânea; explica sobre as detonações, em especial o Desmonte de Rochas, que visa detonar uma carga explosiva confinada dentro de um furo, iniciada adequadamente; apresenta os tipos de desmontes de rochas; argumenta que o desmonte de rocha ornamental não pode ser utilizado no empreendimento Minerasul; comenta também sobre os acessórios e explosivos realizados para o desmonte primário; sobre a tecnologia de linha silenciosa utilizada pela Minerasul; após, fala sobre o plano





de fogo, desmonte de rocha secundário e sobre o processo de beneficiamento; sobre todos os equipamentos utilizados na mineração.

Às **20:00**, o Sr. Pedro Maia, retorna para comentar sobre os impactos ambientais, como a alteração da paisagem, e as devidas medidas de controle do meio físico; apresenta imagens do empreendimento Minerasul, destacando os impactos visuais presentes; as medidas de controle são observadas por uma tabela, onde mostra a natureza, fase de adoção e prazo de permanência dos impactos; que haverá uma nova cortina vegetal no empreendimento Minerasul, formando uma barreira física e densa; destaca outro impacto ambiental, sendo este a alteração da qualidade do ar, e suas respectivas medidas de controle, como o controle de velocidade dos veículos e cortinas vegetais, que formam uma forte barreira; comenta também sobre os ruídos, como forma de impactos ambientais, destacando também suas medidas de controle; fala sobre a possibilidade de alteração da qualidade da água e do solo, e do vazamento de óleo e graxa, assim como a dispersão de resíduos sólidos, observando conseqüentemente as medidas de controle para tais impactos, destacando a manutenção do sistema de drenagem, sistema separador de água e óleo e o sistema de tratamento de esgoto; outro impacto ambiental destacado é a redução da cobertura vegetal, observando então as medidas de controle para o meio biótico, e não mais físico; diz ainda sobre o meio antrópico, caracterizado pelos impactos como pressão sobre o sistema de circulação viária de veículos e aumento de ruído e poeira; finaliza dizendo sobre as receitas e recursos da CFEM, e sobre os programas de monitoramento, para promover a eficácia do empreendimento, observando a Gestão Ambiental, Educação Ambiental, Comunicação Social, Sistema de Controle Ambiental e Gerenciamento de Ruídos.

Às **20:19**, o Sr. Saulo Dantas retorna para comentar sobre o monitoramento do ar, destacando os poluentes, o tempo de amostragem, e os padrões primário e secundários; comenta sobre o monitoramento de vibrações, onde são utilizados sismógrafos.

Às **20:24**, o Sr. Pedro Maia retorna para finalizar sobre o assunto de Recuperação da Área, falando que futuramente o empreendimento ocupará uma área plana,

Às **20:26**, o Sr. Roberto Bravo Marques Pinheiro, concluiu sobre o trabalho ora apresentado, analisando de forma sistemática, os impactos causados pela atividade e as formas de controle, redução, minimização desses impactos; sobre os custos/benefícios, apresentando um resultado geral positivo, considerando os aspectos tratados em conjunto; diz que a participação de todos, é fundamental para que possamos alcançar melhores índices de satisfação, trabalhando de forma viável para todos.

A audiência é suspensa às **20:30**, sendo reaberta às **20:46**.

O Sr. Mediador convida a compor a Mesa compor o Sr. Daniel Moulin, a Sra. Graciele Petarli Venturoti o Sr. Augustinho Gualandi, o Sr. Pedro Maia, o Sr. Roberto Bravo Marques Pinheiro e o Sr. Saulo Dantas.

Às **20:50** dá início à fase dos debates com as perguntas por escrito.

Lê-se a pergunta do Sr. Edmundo Carlos, que questiona sobre os decibéis permitidos, sobre o levantamento de casas trincadas pela Minerasul e sobre a existência de guindaste de mesma qualidade,

O Sr. Roberto, coloca que há sim existência de guindaste, mas depende da especificação para assim ser um produto de qualidade para o bem que se



destina. Que são permitidos no máximo 134 decibéis, sendo utilizado no empreendimento em seus desmontes de rocha, o mínimo, respeitando as normas. E ainda, que há controle de medição de vibração do terreno, monitoramento este realizado pelo IEMA, e que dentro de seu limite, não há como causar danos em casas, como os trincados.

Lê-se a pergunta do Sr. Carlos Maguini, que questiona sobre abalos acima do permitido.

O Sr. Saulo responde que a utilização do sismógrafo define se está de acordo ou não com a norma.

Lê-se a pergunta de Roberto Costa, que questiona sobre as manutenções das vias públicas feitas pela Minerasul.

O Sr. Augustinho, coloca que tal pergunta deve ser melhorada.

Lê-se a pergunta de Conceição, que questiona sobre as aplicações dos recursos à Comunidade.

A Sra. Graciele coloca que os recursos devem ser cobrados pela população ao município.

O Sr. Roberto coloca que tais recursos devem ser para a infraestrutura do bairro.

Lê-se a pergunta de Raquel, que questiona sobre as normas cumpridas pela empresa e a movimentação hoje dos bairros, e como vai ficar após a ampliação.

O Sr. Roberto coloca que apenas a empresa não consegue fiscalizar, pois existe o IBAMA, IEMA que podem cumprir tal finalidade.

Lê-se a pergunta de Cleber, que questiona a solução para a poluição do bairro, através da poeira, sobre a péssima qualidade do asfalto, sobre a representação da comunidade,

O Sr. Roberto coloca que é importante a Minerasul está de acordo com a norma, com cerca de 128 décibéis, sendo o limite permitido de 134 décibéis; que a colocação do vento é importante; que sobre a péssima qualidade do asfalto, a população deve questionar à prefeitura do município.

Lê-se a pergunta de Elder, questiona a real necessidade da ampliação, e que de que forma a Minerasul pode ajudar a comunidade, sobre a compensação ambiental.

O Sr. Augustinho, coloca que a comunidade deve dizer o que tem em mente, e assim terão como dizer o que fazer.

Lê-se a pergunta de Ernesta de Fátima, que questiona o efeitos das vibrações decorrentes das detonações, e se as casas serão ressarcidas destes efeitos.

O Sr. Rogério coloca que deve ser observado o real motivo da trinca, se teve engenheiro nas obras das casas. Deve-se observar se foi realmente a detonação da Minerasul que ocasionou a deterioração das casas. Sobre a compensação ambiental, não há o que se dizer.

Lê-se a pergunta de Josimar Ramos dos Santos, que questiona sobre os planos de segurança para rodovia abaixo da área explorada, sobre o plano de tráfego do bairro envolvido, e sobre o sistema de despoeiramento.

O Sr. Saulo coloca que a Minerasul possui medidas de diminuição de poeira. O

O Sr. Pedro coloca que antes de qualquer detonação, são avaliados vários aspectos e que foi feito estudo ambiental pertinentes às situações do terreno. A Sra. Graciele coloca que é de competência do município prover recursos para a comunidade, sobre os impactos de vizinhança.



Lê-se a pergunta de Alexandre de Almeida, que questiona sobre as desvalorização dos imóveis, e o que podem fazer para resolver tal fato.

O Sr. Daniel, coloca que deve observar o real motivo da desvalorização destes imóveis.

Lê-se a pergunta de Tarci Souza, que questiona sobre as medições de onda de choque.

O Sr. Daniel, coloca que é utilizado toda tecnologia de medições destas ondas, e que estão de acordo com a limitação previstas na legislação.

Lê-se a pergunta de Luiz Ramos, que questiona sobre os problemas inesperados, físicos ou ambientais.

A Sra. Graciele coloca que os problemas são solucionados conforme vão surgindo, e através do respectivo órgão competente. Em caso de rachaduras, quem deve ser acionado é a Defesa Civil. Em casos ambientais, quem deve ser acionado é o IEMA. Deve ainda, haver o estudo dos impactos de vizinhança para o melhor aproveitamento dos recursos à comunidade.

O Sr. Augustinho coloca que a empresa sempre está ajudando a comunidade.

Lê-se a pergunta de Eduardo, que questiona sobre o sistema viário.

A Sra. Graciele coloca que qualquer assunto relacionado ao sistema viário, é de competência do município.

Lê-se a pergunta de uma pessoa que não quis se identificar, que questiona o objetivo desta audiência hoje?

A Sra. Graciele coloca que a finalidade é a apresentação do estudo do impacto ambiental.

Às **21:56** dá início à fase dos debates com as perguntas orais.

Vantuiu Vieira questiona quem chegou primeiro, a pedreira ou o conjunto do bairro.

O Sr. Daniel coloca que o Conjunto Habitacional do IBC está instalado há mais tempo, porém, houve expansão, e que se devem observar aos impactos para não ter efeitos negativos.

Jeferson Martins parabeniza a equipe do IEMA pelo apoio, e diz sobre a preocupação quanto aos impactos ambientais. Indaga sobre a cortina vegetal, dizendo que a mesma não funciona, e que mesmo assim, será criada outra, em questões de anos. Diz ainda que a poeira é maior que a cortina vegetal. Além disso, comenta sobre a distância medida para os impactos ambientais. Resumidamente, questiona sobre as medições e altura da cortina.

O Sr. Pedro coloca que a cortina, sozinha, não vai solucionar o problema, sendo apenas uma medida que soma com as demais.

O Sr. Saulo coloca que a utilização do sismógrafo define a distância escalonar, dizendo se está de acordo com a norma ou não.

Bruno Ermínio Altoé, fala sobre a cadeia de montanha do bairro Jardim Itapemirim, de frente a pedreira, e que há uma dispersão maior de poeira para este bairro, tendo como consequência a poluição visual e do ar. Questiona se estão observando algum projeto de acordo com a legislação, para melhorar o impacto ambiental e urbanístico na região. Questiona também se a empresa poderia ter a iniciativa para adotar um planejamento semanal de empresa, e não esperar pelo serviço do município, além de melhorar as vias da região.

O Sr. Daniel coloca que tais pontos foram observados, e que há áreas com maior dificuldade para licenciamento, mas há sim uma análise. Já há projetos pela empresa para a recuperação de área.



O Sr. Augustinho coloca que a empresa poderá sim contribuir com as vias, principalmente a via Dadalto, juntamente com a prefeitura.

Alessandro Batista, presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Itapemirim, questiona uma alternativa para modificar o tráfego de caminhão de lugar, e se o IEMA tem ciência das pedras que rolam quando tem detonação na rua de Santa Tereza. Questiona também sobre o slide apresentado nesta audiência, que não abordou certos pontos importantes, em sua opinião.

O Sr. Daniel coloca a questão plano de fogo e da filmagem de cada detonação.

O Sr. Pedro coloca que esta audiência não tem como função apresentar dados tão específicos.

O Sr. Saulo coloca sobre o plano de fogo e recuperações da área.

Neuza do Nascimento, comenta que foi convidada para esta audiência pela Minerasul, e questiona se outros órgãos poderiam compor nesta audiência.

A Sra. Graciele coloca que esta audiência faz parte do rito de licenciamento ambiental. O IEMA não pode obrigar outros órgãos a participar de tal ato.

O Sr. Daniel coloca que a empresa Minerasul fez o pedido para a ampliação do empreendimento, e que esta audiência tem a função de decidir se vai haver tal empreendimento ou não, por parte do IEMA, tendo em vista todas as manifestações feitas neste ato.

O Sr. Roberto coloca que o IEMA só pratica o que está previsto em lei, destacando cada ponto para a comunidade ficar ciente.

Essa fase encerra-se às **22h47min**. Não havendo mais manifestações, o Sr. Mediador informa que serão recebidas manifestações adicionais por escrito sobre o empreendimento, no IEMA até o dia **7 de novembro de 2018**, **prazo final dos 10 dias úteis, para manifestação.**

A Ata, Lista de Presença e perguntas realizadas nesta Audiência Pública, estarão à disposição no Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Rodovia BR 262, km 0, Pátio Porto Velho-Cariacia/ES, a partir do dia **7 de novembro de 2018**, ou seja, após 10 dias úteis contados a partir de hoje.

Neste mesmo dia, **7 de novembro de 2018**, a ata desta Audiência também se encontrará disponível no site do IEMA ([www.iema.es.gov.br](http://www.iema.es.gov.br)).

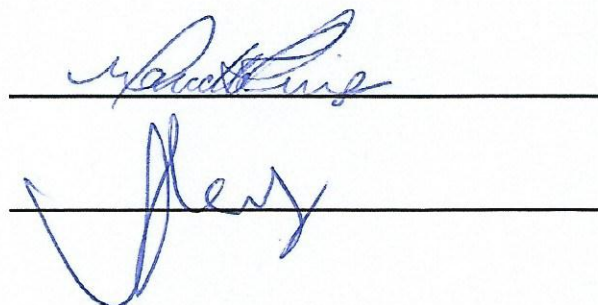
Registra-se que estiveram presentes nesta Audiência **143 pessoas**.

Solicita que 05 (cinco) voluntários assinem esta ata.

A Sra. Graciele Petarli Venturoti, diretora técnica do IEMA, diz que esta não é uma reunião que garante a licença para empresa, que isso é mais uma etapa e que será analisada a viabilidade do empreendimento. Agradece a participação de todos; que todas as manifestações serão consideradas. Que darão retorno das solicitações feitas.

Nada mais havendo a tratar, a Audiência Pública encerra-se às **21h50**. Eu, Luana da Costa Batista, que a tudo presenciei, lavro e assino a presente ata juntamente com os abaixo.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, em 24 de outubro de 2018.



Two handwritten signatures in blue ink, each followed by a horizontal line. The first signature is more stylized and cursive, while the second is simpler and more legible.



Emanuela O. Menon Silva

DEZENNI RIVARDE

*[Handwritten signature]*

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_